



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.346-A, DE 2019 **(Do Sr. Aluisio Mendes)**

Institui o Sistema Nacional de Informações sobre Pessoas Procuradas pela Justiça; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (relator: DEP. LINCOLN PORTELA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece a obrigatoriedade de o Poder Público Federal disponibilizar aos órgãos de segurança pública o cadastro de pessoas procuradas pela Justiça.

Art. 2º O Poder Executivo definirá a entidade que centralizará as atividades de implementação, coordenação, operação e controle do cadastro previsto no artigo anterior, sempre em cooperação com os órgãos responsáveis pelo registro, investigação e localização de pessoas procuradas no âmbito da União e das unidades federadas, aos quais incumbe a alimentação do sistema, com base nas informações fornecidas pelo Poder Judiciário.

Art. 3º O cadastro de que trata esta lei deverá ser divulgado e disponibilizado aos órgãos públicos e às entidades privadas que colaborem na localização de procurados, inclusive para a divulgação nos meios de comunicação social.

Art. 4º O Poder Executivo providenciará número telefônico gratuito, de âmbito nacional, para fornecimento e recebimento de informações relacionadas ao cadastro de que trata esta lei.

Art. 5º É competência do Poder Executivo a regulamentação desta Lei.

Art. 6º Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta proposição consiste na reapresentação dos Projetos de Lei nº 4.323/2001 e 4.468/2016, de autoria do ex-deputado federal Alberto Fraga. Arquivaram-se as citadas proposições conforme o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Todavia, esses projetos mantêm-se politicamente convenientes e oportunos, como se pode concluir da justificativa para o PL nº 4.468/2016:

“... o número de procurados no país é gigantesco - só no Estado de São Paulo há mais de uma centena de milhar de mandados de prisão - e não existe um sistema que gerencie essas informações, disponibilizando-as para todo o país.

Como consequência dessa lacuna legal, a sociedade fica à mercê dos criminosos que agem impunemente nas unidades federadas. Acrescenta-se que, pela ausência de informações, os órgãos policiais têm a sua atuação limitada. A instituição desse sistema é que o projeto pretende concretizar.”

Concordando com os argumentos apresentados nessa justificativa, submetemos novamente a matéria ao Congresso Nacional, com esperança de sua aprovação nesta legislatura.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2019.

Dep. Aluísio Mendes
Podemos/MA

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei pretende instituir o Sistema Nacional de Informações sobre Pessoas Procuradas pela Justiça.

Em sua justificação, o nobre Autor explica que a proposição:

(...) consiste na reapresentação dos Projetos de Lei nº 4.323/2001 e 4.468/2016, de autoria do ex-deputado federal Alberto Fraga. Arquivaram-se as citadas proposições conforme o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Todavia, esses projetos mantêm-se politicamente convenientes e oportunos, como se pode concluir da justificativa para o PL nº 4.468/2016: '... o número de procurados no país é gigantesco - só no Estado de São Paulo há mais de uma centena de milhar de mandados de prisão - e não existe um sistema que gerencie essas informações, disponibilizando-as para todo o país. Como consequência dessa lacuna legal, a sociedade fica à mercê dos criminosos que agem impunemente nas unidades federadas. Acrescenta-se que, pela ausência de informações, os órgãos policiais têm a sua atuação limitada. A instituição desse sistema é que o projeto pretende concretizar.'

De forma geral, a proposta prevê a disponibilização, pelo Poder Público Federal, do acesso ao cadastro pelos órgãos de segurança pública e entidades privadas que colaborem na localização de procurados. O Poder Executivo deverá definir a entidade que centralizará as atividades de implementação, coordenação, operação e controle do cadastro, em cooperação com os órgãos responsáveis pelo registro, investigação e localização de pessoas procuradas no âmbito da União e das unidades federadas. Cabe a esses órgãos a alimentação do sistema, com base nas informações fornecidas pelo Poder Judiciário. Prevê a divulgação dos dados nos meios de comunicação social e a disponibilização de número telefônico gratuito, de âmbito nacional, para fornecimento e recebimento de informações.

Na Justificação, o ilustre autor invoca a quantidade de pessoas procuradas,

mais de cem mil no Estado de São Paulo, como razão para a edição da norma, acrescentando que a falta de alimentação dos bancos existentes dificulta a atuação dos órgãos de segurança pública.

A proposição foi distribuída às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), sujeita a apreciação conclusiva das Comissões, em regime de tramitação ordinária.

Encerrado o prazo legal, não foi apresentada qualquer emenda.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão Permanente compete, genericamente, apreciação de matéria legislativa que abordem temas que perpassam o conteúdo da proposição, como os referentes a combate ao contrabando, crime organizado, sequestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana, na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD (art. 32, inciso XVI, alínea 'b').

Cumprimentamos o nobre autor pela iniciativa de tentar aperfeiçoar o ordenamento jurídico pátrio, no sentido de conferir uma maior sensação de segurança à população.

Com efeito, a partir do momento em que for instituído o referido banco de dados, não só os procurados serão localizados e efetivamente presos, como as pessoas poderão se precaver contra a ação maléfica desses delinquentes invisíveis.

A mera existência de bancos similares como o Infoseg e o Sinesp, parece não ter satisfeito a demanda dos órgãos de segurança pública por essas informações, de forma fidedigna, completa e de fácil acesso.

Ante o exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do PL 1.346/2019.

Sala da Comissão, em 25 de junho de 2019.

LINCOLN PORTELA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 1.346/2019, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Lincoln Portela.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Capitão Augusto - Presidente, Fernando Rodolfo e Guilherme Derrite - Vice-Presidentes, Alexandre Leite, Aluisio Mendes, Cabo Junio Amaral, Capitão Alberto Neto, Capitão Wagner, Da Vitoria, Daniel Silveira, Delegado Antônio Furtado, Delegado Pablo, Dr. Leonardo, Fábio Henrique, Gonzaga Patriota, Julian Lemos, Lincoln Portela, Mara Rocha, Marcelo Freixo, Paulo Ganime, Paulo Teixeira, Perpétua Almeida, Policial Katia Sastre, Santini, Sargento Fahur, Subtenente Gonzaga - Titulares; Adolfo Viana, Airton Faleiro, Célio Silveira, Edna Henrique, Gurgel, Nicoletti, Paulo Freire Costa e Professora Dayane Pimentel- Suplentes.

Sala da Comissão, em 3 de julho de 2019.

Deputado CAPITÃO AUGUSTO
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
